

Medidas procuram frear recessão

Para tentar evitar o retorno da recessão, o Governo aprovou, ontem, na reunião do Conselho Monetário Nacional, com o aval da Secretaria da Receita Federal, um conjunto de medidas com o objetivo de manter aquecidas as atividades econômicas ao mesmo tempo que se tenta combater a inflação. Segundo o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que as anunciou, a Economia — depois de viver o descompasso entre a oferta global insuficiente e o aumento do consumo com os reajustes de salários, no ano passado — agora começa a atravessar uma fase de equilíbrio, razão pela qual a adoção de medidas voltadas para o aquecimento econômico podem ser adotadas sem maiores prejuízos para o combate à inflação.

Foram as seguintes medidas adotadas: 1 — prorrogação do crédito direto ao consumidor de 4 para 6 meses; 2 — liberação de uma linha de crédito de Cz\$ 15 bilhões para as micro, pequena e média empresas; 3 — eliminação da cobrança da maioria do

serviços bancários; 4 — suspensão por seis meses da obrigatoriedade de os fundos mútuos aplicarem 25 por cento dos seus recursos na compra de títulos públicos e 5 — correção da tabela do Imposto de renda em 45 por cento.

CRÉDITO AO CONSUMIDOR — Com o retorno das altas taxas de juros, principalmente a partir de outubro do ano passado, com o objetivo de conter o consumo, as compras a crédito entraram em rápido declínio ao mesmo tempo em que os compradores a crédito começaram a atrasar os pagamentos das prestações. Atendendo parcialmente às reivindicações feitas pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), Funaro espera oxigenar o comércio a crédito. As taxas de juros, porém, continuarão altas para o crédito direto ao consumidor. Na Fazenda, a defesa da prática de juros reais é cada vez mais forte.

PEQUENAS EMPRESAS — A liberação de Cz\$ 15 bilhões para as micro, pequena e média empresas foi reivindicada ini-

cialmente pela Confederação Nacional da Indústria há um mês. As necessidades de financiamento das empresas, segundo reconheceu Funaro, eram de Cz\$ 23 bilhões, o correspondente ao total que o Governo gasta com o subsídio do trigo. Na Fazenda, os economistas argumentam que as pressões das pequenas e médias empresas por capital de giro são uma das principais causas do aumento das taxas de juros.

TARIFAS BANCARIAS — Com a eliminação da correção monetária assim que se implementou o Plano Cruzado, os bancos perderam a condição excepcional de continuar faturando excelentes lucros com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Para compensá-los, o Governo permitiu a cobrança generalizada dos serviços bancários em geral. Agora que a correção monetária retornou como consequência do retorno da inflação, o Governo decidiu eliminar a maioria dos serviços bancários.

FUNDOS MÚTUOS — A carteira dos fundos mútuos atinge, atualmente, um total de Cz\$ 45 bilhões. Vinte e cinco por cento desse total era aplicado obrigatoriamente na compra de títulos da dívida pública. A suspensão por seis meses dessa obrigatoriedade vai oxigenar a Bolsa de Valores, que deve se recuperar a partir de hoje. Haverá benefícios generalizados para as empresas e os aplicadores.

TABELA DO IR — O presidente José Sarney acatou, ontem, a sugestão da Secretaria da Receita Federal de reajustar em 45 por cento a tabela do Imposto de Renda na fonte, acrescido sobre os 12,3 por cento já aplicados sobre a tabela do IR a partir de janeiro. Ou seja, um total de 62,8 por cento. A medida representará menor retenção do imposto na fonte.